

CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Dino determinou que CGU audite aplicação de emendas

Dino suspende novos repasses de 'emendas pix'

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, determinou que o governo federal suspenda emendas pix em nove dos dez municípios que mais receberam recursos entre 2020 e 2024. A decisão, publicada nesta segunda-feira (15), foi movimentada por suspeitas de irregularidades identificadas pela Controladoria-Geral de União (CGU) no repasse desses recursos. Os valores chegam

a R\$ 670 milhões.

Segundo o relatório da CGU, os municípios de São João de Meriti (RJ), Rio de Janeiro (RJ) e Macapá (AP) apresentaram indícios de superfaturamento. Os municípios de Iracema (RR) e Coração de Maria (BA) não apresentaram comprovações técnicas. São Luiz do Anauá (RR) está com obras paralisadas, Carapicuíba (SP) tem falhas na formalização da licitação relativo.

Pix

O único município da lista dos dez que mais receberam emendas que não recebeu apontamentos de irregularidades da CGU foi São Paulo (SP). Ao todo, esses dez municípios receberam R\$ 724 milhões nessa modalidade de transferência via pix ao longo de cinco anos.

PF

O ministro do STF ainda determinou que a Polícia Federal investigue as supostas irregularidades nos contratos envolvendo as emendas. Segundo a CGU, entre 2020 e 2024, foram destinados mais de R\$ 17,5 bilhões em emendas Pix para estados e municípios.

Saulo Cruz/TCU



Com informações do TCU, PF investigará emendas

TCU identifica 148 emendas sem Planos de Trabalho

Em outra decisão, também envolvendo emendas, o ministro determinou que informações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre repasses de R\$ 85,4 milhões, relativos a 148 emendas individuais sem plano de trabalho cadastrado, sejam encaminhadas para que a PF apure possíveis desvios na aplicação dos

recursos públicos.

"A instauração dos inquéritos deverá ser realizada por estado, a fim de apurar a eventual prática dos seguintes ilícitos penais: prevaricação, desobediência a ordem judicial, emprego irregular de verbas públicas, peculato, corrupção, entre outros que se revelem no curso das investigações", disse.

Cronograma

Dino homologou cronograma apresentado pela CGU para auditar R\$ 14 milhões em emendas recebidas pela Associação Moria, em Brasília, e o cronograma apresentado pelo Ministério da Gestão (MGI) e pela CGU para a implantação da Ordem de Pagamento da Parceria para emendas.

Auditoria

O ministro do STF ainda determinou que a auditoria da CGU sobre os municípios que apresentaram irregularidades no repasse de emendas se estenda progressivamente, tendo em vista o altíssimo índice de problemas identificados nas cidades já auditadas.

OPP

Até dezembro, as instituições financeiras deverão adequar suas soluções tecnológicas para a operacionalização da Ordem de Pagamento da Parceria (OPP). Até março de 2026, o mecanismo deverá ser integrado ao Transferegov, com plena condição de funcionamento.

'Evitar injustiças'

"A continuidade é necessária para separar o joio do trigo, evitar injustiças, possibilitar o exercício pleno do direito de defesa e aplicar as sanções cabíveis após o devido processo legal", reiterou Flávio Dino na decisão publicada nesta segunda-feira (15).

'Careca do INSS' cancela depoimento em CPMI

Comissão do INSS votará novas convocações na quinta-feira

Saulo Cruz/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Após autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), a sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os descontos ilegais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) desta segunda-feira (15), que ouviria o depoimento do empresário e lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o "careca do INSS", foi cancelada. A sessão agendada para esta quinta-feira (18) segue mantida. Segundo o presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG), na sessão desta quinta-feira os membros votarão as novas convocações. Dentre elas, todos os ex-presidentes do INSS desde 2015, os diretores de benefício do instituto, além de diretores e presidentes de associações e sindicatos vinculados à previdência social.

O presidente da CPMI lamentou a ausência do depoente. Porém, por meio de suas redes sociais, o senador destacou que o "careca" do INSS "não escapará".

"Na minha avaliação ele usou toda a repercussão com a imprensa para mandar recados aos sócios e aos padrinhos, ou seja, se for abandonado ele pode falar tudo o que sabe. O que posso dizer a vocês é que se [é um] recado ou não, ele não escapará porque o sigilo fiscal e telefônico dele está quebrado. Nós já recebemos informações da Polícia Federal sobre entrada e saída dele no país, já temos uma série de detalhes sobre o patrimônio e nós vamos fazer o cerco por meio das informações bancárias, porque não há como ele escapar disso", alegou o Carlos Viana.



Presidente da CPMI, senador Carlos Viana, disse que careca "não escapará"

Porém, o presidente da comissão se mostrou otimista de que, posteriormente, Antunes "vai repensar essa decisão e acabará colaborando".

Já com a ausência de Antunes, o vice-presidente da comissão parlamentar mista, deputado federal Duarte Jr. (PSB-MA) convocou nesta segunda-feira a mulher e o filho de Antônio Carlos Camilo Antunes para prestarem depoimento sobre descontos indevidos no INSS.

"Milhares de aposentados foram roubados. O Careca perdeu a chance de se explicar e decidiu não vir. Agora, acabo de convocar sua esposa Tânia Carvalho Santos, que movimentou milhões em imóveis, e seu filho Romeu Carvalho Antunes, sócio de empresas que, segundo a PF, receberam recursos desviados dos aposentados,

via PIX de descontos ilegais", declarou Duarte Jr, por meio de suas redes sociais.

Entenda

A convocação de Antunes, apontado pela Polícia Federal (PF) como "peça central" do esquema de desvios de recursos do INSS, foi aprovada na última semana. Na sessão da última quinta-feira (11), os membros da comissão aprovaram a quebra de sigilo dos dados bancários e telefônicos do "careca do INSS". Na sexta-feira (12) ele e o empresário Maurício Camisotti — também apontado como peça relevante no esquema dos desvios de recursos — foram presos pela PF.

Contudo, no sábado (13), o ministro do STF André Mendonça garantiu que, tanto Antônio Carlos Camilo Antunes quanto

Maurício Camisotti, não tem a obrigação de comparecer e prestar depoimento na CPMI. Apesar da decisão de Mendonça ser sigilosa, o magistrado alegou que tecnicamente a PF pode apresentar ambos os acusados à comissão, mas que o comparecimento deles não é compulsório.

Apesar da autorização do ministro da Suprema Corte, os advogados de Antunes informaram a imprensa no domingo (14), que ele falaria na comissão a fim de prestar os demais esclarecimentos necessários na medida. Na expectativa de recebê-lo, foi organizado um esquema de segurança reforçada para que o depoente investigado seja conduzido sob escolta da Superintendência da PF, em Brasília, até o Congresso Nacional, onde seria entregue aos cuidados da polícia legislativa para depor.

CCJ da Câmara ouve depoimento de Tagliaferro nesta quarta-feira

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados realiza nesta quarta-feira (17), às 10h, oitiva com o ex-assessor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eduardo Tagliaferro, no âmbito do processo que analisa a cassação do mandato da deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP). O depoimento será prestado por videoconferência, direto da Itália, onde Tagliaferro vive atualmente. A audiência faz parte do conjunto de diligências da Representação 2/25, protocolada após a condenação de Zambelli pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O ex-assessor foi indicado como testemunha pela defesa da parlamentar, que tenta ampliar o escopo de argumentação com a inclusão de novos nomes no processo. A justificativa apresentada pelo advogado da deputada, Fábio Pagnozzi, é a de garantir a "ampla defesa e o contraditório", com a intenção de esclarecer pontos ainda controversos.

Zambelli e Delgatti

Zambelli foi presa em Roma no dia 29 de julho, após quase dois meses foragida. A deputada está detida no presídio de Rebibia enquanto aguarda o desfecho do processo de extradição requerido pelo governo brasileiro. Ela foi condenada pelo STF a dez anos de prisão por liderar a invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também decidiu pela perda de seu mandato, mas a medida depende de deliberação da Casa Baixa. O processo



Processo pode levar a cassação de mandato de Zambelli

começa pela CCJ, que emite um parecer a ser analisado posteriormente pelo plenário. Para a cassação se concretizar, são necessários ao menos 257 votos favoráveis — maioria absoluta. O relator é o deputado Diego Garcia (Republicanos-PR), que pretende apresentar parecer a partir de outubro, após o encerramento das oitivas.

Na semana passada, a CCJ ouviu o hacker Walter Delgatti Neto — condenado no mesmo caso — como testemunha. Preso em Tremembé (SP), ele reafirmou que foi orientado por Zambelli a invadir o sistema do CNJ, acrescentando que a deputada solicitou que ele inserisse um falso mandato de prisão contra o ministro do STF Alexandre de Moraes. A parlamentar, que também participou por videoconferência, negou as acusações e tentou desqualificar o depoimento do hacker, questionando sua sanidade mental e cha-

mando-o de "mitomaniaco".

Delgatti também a acusou de ter prometido um emprego em troca dos crimes cibernéticos. A discussão se estendeu por divergências quanto a datas e duração da suposta convivência. Durante a audiência, parlamentares aliados de Zambelli questionaram a ausência de provas materiais que confirmassem as ordens dadas por ela ao hacker. Walter então alegou que apagava as mensagens por determinação judicial, mas que evidências teriam sido encontradas pela Polícia Federal em aparelhos apreendidos com a deputada.

Tagliaferro

Eduardo está sob investigação por envolvimento no vazamento de mensagens de servidores ligados ao gabinete do ministro do STF Alexandre de Moraes — que à época presidia o TSE. Naquele período, Tagliaferro chefiava a

Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação na Corte Eleitoral. Com o início das apurações, ele foi exonerado do cargo e deixou o Brasil.

Durante audiência na Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado, realizada no dia 2 de setembro, o ex-assessor apresentou, de forma virtual, documentos e relatórios que, segundo ele, evidenciam irregularidades na condução de investigações envolvendo empresários bolsonaristas em 2022. De acordo com seu relato, o gabinete de Moraes teria adulterado dados de documentos técnicos usados para justificar operações de busca e apreensão, incluindo a que mirou nomes como o proprietário da Havan, Luciano Hang.

Em nota oficial, o gabinete do ministro classificou as acusações como infundadas e reafirmou a legalidade dos atos praticados. O comunicado destaca que os relatórios elaborados pelo TSE faziam parte de investigações maiores sobre a atuação de milícias digitais e desinformação eleitoral. Moraes também reiterou que todas as solicitações a órgãos públicos foram feitas com base no regimento do STF e com ciência da Procuradoria-Geral da República (PGR).

"No exercício do poder de polícia, [o TSE] tem competência para a realização de relatórios sobre atividades ilícitas, como desinformação, discursos de ódio eleitoral, tentativa de golpe de Estado e atentado à Democracia e às Instituições", afirmou a assessoria do magistrado. "Todos os procedimentos foram oficiais, regulares e estão devidamente documentados", completou.